



UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE AS PROBLEMÁTICAS DO DISCURSO DE INCLUSÃO NO CONTEXTO NEOLIBERAL NO BRASIL.

Erick Augusto Alves Soldati Machado; soldatierick@gmail.com

Juliane Marschall Morgenster; julianemm@prof.ufn.edu.br

Marcio Da Silva Tascheto; tascheto@ufn.edu.br

RESUMO

Este artigo realiza uma análise crítica do discurso de inclusão social no contexto das políticas neoliberais no Brasil. Partindo da premissa de que a ideologia neoliberal é intrinsecamente excludente, o estudo investiga como o vocabulário da inclusão é mobilizado para mascarar a perpetuação das desigualdades sociais. Por meio de uma metodologia de revisão bibliográfica, fundamentada em autores como David Harvey, Marlene Reis e Francélio Oliveira, demonstra-se que o neoliberalismo, ao transformar o Estado em servidor do capital e promover o individualismo, fragmenta o tecido social e esvazia o sentido de solidariedade. No campo educacional, evidencia-se que a inclusão é frequentemente reduzida a uma política assistencialista e mercadológica, mais preocupada em adaptar o indivíduo à lógica do que em promover equidade substantiva. Conclui-se que, sob a hegemonia neoliberal, o discurso inclusivo opera como uma ferramenta de legitimação da ordem vigente, sendo incapaz de gerar transformações sociais profundas. A verdadeira inclusão exige, portanto, a ruptura com essa lógica e o fortalecimento de políticas públicas estruturantes.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Inclusão Social; Análise Crítica; Educação; Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

Em um cenário global marcado pelo avanço das políticas neoliberais, o discurso da inclusão social tem sido amplamente mobilizado por governos e instituições. Contudo, sob uma análise crítica, percebe-se que essa aparente preocupação com o bem-estar coletivo esconde uma profunda contradição: a ideologia que sustenta o neoliberalismo não é inclusiva em sua base. Ao contrário, ela promove a fragmentação social, o individualismo exacerbado e a naturalização das desigualdades.

Desde o período pós-Segunda Guerra Mundial, observamos uma crescente influência da ideologia liberal, impulsionada pelos Estados Unidos, que financiou não apenas modelos econômicos centrados no capital, mas também governos autoritários e excludentes. Nesse contexto, o mercado passou a ocupar o centro das decisões políticas, enquanto o Estado se transformou em um instrumento de manutenção dos interesses do capital, deixando em segundo plano as necessidades coletivas e os direitos sociais, como Marx (2013), afirma que o Estado é o balcão de negócios da burguesia.

Como aponta Émerson Pirola (2020), o neoliberalismo rompe com a lógica anterior de colaboração entre Estado e mercado, transformando o Estado em servidor direto do empresariado. Essa mudança estrutura uma sociedade onde o consumo é valorizado em

detrimento da solidariedade, e onde a exclusão social é mascarada por um discurso meritocrático.

José D'Assunção Barros (2011), ao retomar Marx, destaca que o capitalismo promove a alienação do trabalhador, que se torna incapaz de compreender sua própria realidade social. Essa alienação, ainda mais intensa no neoliberalismo, é também psíquica: o trabalhador interioriza a lógica do mercado mesmo fora do ambiente de trabalho, como analisa Maurizio Lazzarato (2017), ao observar que o capital já não depende apenas da relação direta entre capital e trabalho.

Esta pesquisa propõe discutir como o discurso da inclusão é, dentro da lógica neoliberal, uma ferramenta contraditória que, longe de promover justiça social, reforça mecanismos de exclusão e controle.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Enquanto política econômica de alcance global, o neoliberalismo expandiu-se rapidamente para dominar países emergentes. De acordo com David Harvey (2008), esse domínio se consolida a partir dos governos de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Margaret Thatcher, no Reino Unido, sem deixar de avançar também em países como Nova Zelândia, África do Sul (especialmente no período pós-Apartheid), Suécia e nas nações oriundas do colapso da União Soviética, cujos destinos passaram a ser conduzidos pelas diretrizes ocidentais.

Para Harvey (2008), o neoliberalismo tornou-se hegemônico ao estabelecer não apenas uma ordem econômica, mas também uma forma dominante de pensar e agir que permeia a cultura, a política e a educação. O discurso neoliberal passou a ser naturalizado pelo senso comum, fazendo com que ampla parcela da população o aceite como o "novo normal" - mesmo quando esse modelo restringe avanços sociais e amplia as desigualdades econômicas, políticas e educacionais. Nessa mesma linha, Marlene Reis (2023) argumenta que o neoliberalismo retira da educação seu papel social e coletivo, deslocando-a para uma lógica estritamente mercadológica, esvaziando seus mecanismos de interação, crítica e sociabilidade.

Harvey (2008), questiona quais seriam os interesses estatais ao adotar uma postura neoliberal. Para o autor, o senso comum está vinculado ao estilo de governo que se estabelece, especialmente quando o neoliberalismo é apresentado como uma ideologia que valoriza a liberdade individual e a propriedade privada. Esses "valores", ao serem

associados ao bem-estar social, facilitam a rápida aceitação do modelo neoliberal pela população. Nessa perspectiva, Harvey compreende que a liberdade irrestrita, quando vinculada à ideia de propriedade, torna-se um instrumento eficaz para legitimar a concentração de riqueza e o controle social por parte das elites econômicas.

No Brasil, essa lógica não se apresenta de forma diferente, considerando que nosso desenvolvimento histórico foi pautado no colonialismo europeu - especialmente o português e, em menor medida, o espanhol - somado ao apagamento histórico dos povos indígenas e negros, a ideia de igualdade nunca foi plenamente incorporada ao imaginário coletivo. Em grande parte da população, a noção de igualdade não se consolida como um valor concreto ou um objetivo coletivo, mas sim como uma abstração presente em discursos cotidianos, esvaziada de conteúdo prático.

Nessa perspectiva, a igualdade assume um caráter subjetivo e superficial, muitas vezes limitada a gestos individuais de empatia, sem o respaldo de políticas públicas que promovam, de fato, a equidade. Menciono a igualdade como ponto central para compreender a inclusão como prática necessária à sociedade. No entanto, uma das maiores barreiras a esse processo é justamente a estrutura econômica neoliberal, que, ao se alinhar ao Estado, atua como obstáculo ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas à inclusão social. O que é compreendido na materialidade pelas educadoras Neusete Machado Rigo e Maria Inês Naujorks (2016, p. 220), "a história mostra-nos o quanto a humanidade esteve preocupada com a sua segurança, controlando e isolando minorias indesejáveis e as colocando à margem, para evitar o perigo da desordem social".

Segundo Reis (2023), não se pode reduzir a discussão sobre desigualdade social à simples possibilidade de sua diminuição, como se isso bastasse para enfrentar o contexto excludente em que vivemos. Assim como a autora, compreendemos que o modo de produção capitalista não apenas convive com a desigualdade, mas dela se alimenta como mecanismo essencial para sua própria reprodução. Nesse processo, o acesso a direitos e recursos é restringido à maioria da população, enquanto o poder econômico e político se concentra nas mãos de poucos, principalmente nas potências imperialistas. A desigualdade, portanto, não é uma falha do sistema, mas uma peça central que sustenta o enriquecimento de poucos e o sofrimento da maioria.

Nesse cenário, a inclusão torna-se não apenas esquecida, mas também impraticável de forma substancial. A lógica mercadológica que sustenta o neoliberalismo não reconhece o outro como sujeito de direitos, mas como competidor, valorizando o lucro acima da

empatia e ignorando as múltiplas subjetividades que compõem a vida em sociedade. Essa lógica é incorporada também ao campo educacional, onde a inclusão passa a ser tratada como uma política meramente assistencialista, esvaziada de um compromisso real com a equidade.

Francélio Oliveira (2022) argumenta que, no contexto neoliberal, a educação é concebida como "mínima", marcada por orçamentos reduzidos e pela incapacidade de enfrentar as mazelas sociais e a complexidade das diversidades. Em síntese, a ausência de planejamento estatal, somada à prática de um Estado mínimo, especialmente para os pobres, e à promoção da subjetividade como um "empreendedor de si mesmo", resulta em baixos investimentos na educação, na precariedade das políticas públicas inclusivas e no distanciamento em relação aos princípios constitucionais que deveriam garantir uma educação pública, gratuita e equitativa para todos.

Dessa forma, diante dos aportes teóricos apresentados, o neoliberalismo não apenas modifica a estrutura econômica e o papel do Estado, mas também impõe uma nova forma de pensar o social, a cultura e a educação. O discurso de inclusão torna-se uma ferramenta de legitimar a ordem excludente vigente, sendo uma prática com discurso modificador, porém com um vazio de políticas públicas que, de fato, altere a ordem social na qual vivemos. Ao naturalizar a desigualdade como uma consequência direta ao indivíduo, o modelo neoliberal elimina a solidariedade ao coletivo, dificulta a construção de uma inclusão que olhe para o próximo como um semelhante. Compreender essa lógica é de suma importância para analisar criticamente as políticas e práticas sociais que se dizem inclusivas, mas que, na prática, são reproduções dos mesmos padrões de exclusão estrutural.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se por sua natureza qualitativa e por adotar uma abordagem teórico-bibliográfica. O objetivo central é analisar criticamente o discurso de inclusão no contexto do neoliberalismo no Brasil, investigando suas contradições e efeitos excludentes. Para tanto, realizou-se um levantamento e revisão da literatura pertinente, concentrando-se em autores fundamentais para a compreensão do neoliberalismo, como David Harvey (2008) e Maurizio Lazzarato (2017), e de suas interfaces com a educação e a inclusão, como Marlene Reis (2023) e Francélio Oliveira (2022). A análise do material consistiu na leitura crítica e interpretativa dos textos, identificando convergências e

argumentos que permitissem desvelar a forma como a lógica neoliberal instrumentaliza o conceito de inclusão, esvaziando-o de seu potencial transformador. O estudo não envolveu coleta de dados empíricos, sustentando-se na análise discursiva e teórica dos referenciais adotados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise realizada corroborou a tese central de que o discurso de inclusão no contexto neoliberal atua como um mecanismo de legitimação da própria ordem excludente que pretende, aparentemente, combater. Os resultados indicam que a apropriação neoliberal do termo "inclusão" opera um esvaziamento de seu sentido político e coletivo, transformando-o em uma ferramenta de gestão de diferenças dentro da lógica do mercado.

No âmbito educacional, essa constatação se mostra particularmente evidente. Conforme discutido por Oliveira (2022) e Reis (2023), a inclusão escolar sob a égide neoliberal não se orienta pela garantia do direito à educação e pelo reconhecimento pleno das diferenças. Em vez disso, é convertida em uma prática que visa adaptar o indivíduo às demandas de um sistema homogeneizante e competitivo. A "inclusão" passa a significar a capacidade do estudante de se enquadrar em um ritmo e modelo de aprendizagem padronizados, sob o risco de ser segregado em espaços à parte, justificados pela suposta necessidade de não "atrasar" os demais. Trata-se, portanto, de uma inclusão que exclui, pois sua função não é transformar o ambiente para acolher a todos, mas normalizar os sujeitos para que se ajustem a uma estrutura predefinida e imutável.

Essa dinâmica é um reflexo direto da mudança no papel do Estado, que, de provedor de direitos, assume a função de facilitador do mercado. A mercantilização de setores como a saúde e a educação, como destacado na análise, converte cidadãos em consumidores e direitos em oportunidades de lucro. Desse modo, as políticas públicas de inclusão são fragilizadas por orçamentos mínimos e por uma concepção que as enxerga como custo, e não como investimento social. O discurso da inclusão, nesse cenário, serve para mascarar o desmonte dos serviços públicos, apresentando soluções paliativas e individualizadas - como a figura do empreendedor de si - para problemas que são estruturais.

A discussão revela, portanto, uma profunda contradição: ao mesmo tempo em que o vocabulário da inclusão se populariza em documentos oficiais e discursos institucionais, as

condições materiais para sua efetivação são sistematicamente negadas pelo mesmo modelo econômico que o propaga. A inclusão neoliberal é, assim, uma *performance* discursiva que oculta a intensificação dos mecanismos de exclusão social.

5 CONCLUSÃO

O Estado busca manter laços estreitos com grandes empresas, sobretudo porque a principal circulação das riquezas econômicas da nação está vinculada aos grandes grupos monopolistas. Essa relação de influência entre o capital e o Estado torna-se evidente quando serviços historicamente entendidos como direitos, como saúde e educação, passam a ser tratados como mercadorias. Com isso, as ações que deveriam ser promovidas com base na garantia de direitos passam a ser geridas pela lógica do lucro, esvaziando seu caráter público e coletivo. Esses direitos, portanto, não podem ser compreendidos como oportunidades de lucratividade, sob o risco de desvirtuar seus propósitos fundamentais, afinal vender o que é vital para sociedade é negar a dignidade dela.

Segundo Oliveira (2022), a forma como o Estado neoliberal lida com as diferenças consiste não em reconhecê-las, mas em eliminá-las, reprimindo as vozes que descompassam o coro homogêneo exigido pelo capital. A ordem capitalista, ao visar a produção ininterrupta de riqueza, busca enquadrar todos os indivíduos, trabalhadores e trabalhadoras, como peças de uma engrenagem homogênea, promovendo a reprodução de sujeitos semelhantes, alienados na imensidão da ausência de poder econômico. Essa lógica impõe ao sujeito se perder de si mesmo, tentando caber no modelo de um mundo que não o vê, apenas o consome.

No âmbito educacional, a inclusão não se diferencia dos demais campos. Se, no passado, houve violência, segregação e abandono por parte do Estado liberal, atualmente, as políticas públicas respaldam a inclusão como um fator de benefício e "utilidade" dentro da engrenagem do lucro. Para Oliveira (2022), o formato da educação especial é separatista dentro da escola comum. Essa análise corrobora a noção de uma inclusão que, na prática, exclui. Se, na análise conteudista, o sujeito não é considerado capaz de produzir, entende-se que deve ser separado dos demais, com a justificativa de não atrasar



o aprendizado dos chamados "comuns", uma nova, talvez repaginada, forma de segregar o acesso à educação daqueles considerados não produtivos pelo capitalismo.

Ainda de acordo com Oliveira (2022), o espaço escolar é, teoricamente, para todos, mas é ocupado por poucos e negado a muitos, tornando inviável a participação de quem não se encaixa em uma linha educativa linear, moldada por valores conservadores.

Compreende-se, assim, que os mecanismos de adaptação e padronização existentes hoje respondem diretamente às exigências do modelo neoliberal. Tais processos buscam moldar os indivíduos para que adquiram competências e habilidades voltadas à construção de um perfil competitivo, ajustado às dinâmicas do mercado, um ambiente sustentado pela lógica da acumulação de capital.

Reconhecer essa estrutura excludente não é um exercício de negação, mas de resistência. É compreender que as verdadeiras transformações sociais não ocorrerão pela via de discursos bem elaborados, mas por meio de rupturas nas práticas que naturalizam a desigualdade e todo seu sistema que a mantém em pé. A inclusão só será efetiva quando pautada na escuta ativa das diferenças, no fortalecimento de políticas públicas estruturantes e na recusa consciente de um modelo que lucra com a exclusão.

Que a inclusão não seja apenas uma palavra presente em relatórios e cartilhas institucionais, mas um ato político de enfrentamento às injustiças históricas e às lógicas desumanas que sustentam o capital.

REFERÊNCIAS

- BARROS, José D'Assunção. **O Conceito de Alienação no jovem Marx**. Tempo Social, v. 23, p. 223-245, 2011.
- HARVEY, David. **Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.
- LAZZARATO, Maurizio. **O governo do homem endividado**. Rio de Janeiro: n-1 editora, 2017.
- MARX, Karl. **O Capital**. Boitempo Editorial, 2013.
- OLIVEIRA, Francélio Ângelo; ARAUJO, Adéle Cristina Braga. **Inclusão escolar e neoliberalismo: a quem serve a lógica da normalização, performance e competição?**. Olhar de Professor, v. 24, p. 1-15, 2022.
- PIROLA, Émerson. **O Sujeito Endividado como Doppelgänger do Empreendedor de Si: Subjetivação pela Dívida na Crise do Neoliberalismo**. Mediações - revista de ciências sociais, v. 25, p. 675-694, 2020.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas; FERREIRA, Cleonice da Rocha; PINHEIRO, Vera Lúcia. **Educação Inclusiva Em Um Contexto Neoliberal: Discursos E Intencionalidade Partir da Lógica Do Mercado.** Revista Sapiência: Sociedade, Saberes E Práticas Educacionais, v. 2, p. 1-18, 2023.

RIGO, Neusete Machado; NAUJORKS, Maria Inês. **A produtividade da racionalidade neoliberal na inclusão escolar: a história de Lucas.** Linhas Críticas, Brasília, DF, v. 22, n. 47, p. 210-228, 2016.